

Professora Luciana Teixeira - Professora orientadora (filosofia)¹
Jhully Emanuele Dos Santos Bernardes - Debatedora (capitã)²
Letícia Garcez Taveira Brasil - Debatedora³
Ana Luísa Galante - Debatedora⁴
Júlia Ferreira Silva - Debatedora⁵
Lucca Gabarron Freitas - Debatedor⁶
Érico Presas Michaltchuk - Debatedor⁷
Alicia Manuela Silva de Oliveira - Debatedora⁸
Lavínia De Holleben - Debatedora⁹
Giovanna Pinheiro Ventorin - Debatedora¹⁰
Nicolas Accioly Gavazzoni Malanski - Debatedor¹¹
Emanuelle Dornelas Queiroz - Debatedora (pesquisa)¹²
Mariane Ferreira da Silva - Debatedora (pesquisa)¹³
Rebeca Pereira da Silva - Debatedora (pesquisa)¹⁴
Eduarda Azevedo Birsneek - Debatedora (pesquisa)¹⁵

PROJETO DEBATEDORES NOTA 1000

O projeto consiste em uma iniciativa educacional que prepara estudantes da rede pública do Paraná para o ENEM por meio do desenvolvimento da oratória, pensamento crítico, trabalho em equipe e de técnicas de argumentação. O projeto é organizado pelo Instituto Eureka em parceria com a Fundação Wilson Picler, o Grupo Uninter e apoio da Escola do Legislativo do Paraná. Tem como objetivo estimular o repertório socioeconômico e a expressão oral em formato de debates estruturados, simulando a exigência da redação do ENEM, para preparar os participantes para ela. A dinâmica dos debates é bem simples, as equipes, de cada escola selecionada, recebem um tema previamente e constroem duas teses, favorável e contrária, porém a posição defendida pela equipe só será decidida na hora do confronto por meio de sorteio.

CONSTRUÇÃO DAS TESES: COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

¹ Professor de Filosofia do Colégio Estadual do Paraná.

² Estudante do Ensino Médio da turma 3ºE.

³ Estudante do Ensino Médio da turma 3º P.

⁴ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºE.

⁵ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºB

⁶ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºF.

⁷ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºN.

⁸ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºTT.

⁹ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºF.

¹⁰ Estudante do Ensino Médio da turma 3ºA.

¹¹ Estudante do Ensino Médio da turma 3ºA.

¹² Estudante do Ensino Médio da turma 2ºK.

¹³ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºF.

¹⁴ Estudante do Ensino Médio da turma 3ºP.

¹⁵ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºD.

A equipe do Colégio Estadual do Paraná, famoso CEP, desenvolvem suas tese por meio de pesquisas prévias do tema, que incluem, artigos científicos, obras literárias, estudiosos da área da filosofia, sociologia, antropologia, política, entre outros, músicas, dados com fontes confiáveis e poemas. Dando prioridade para nomes brasileiros, para trazer representatividade cultural. Após todo esse processo, a equipe foca em filtrar as pesquisas mais interessantes e relevantes para o tema, selecionam o melhor do material para então construir a futura tese, nessa etapa, também é decidido, em conjunto, o que cada debatedor irá fazer, dividindo 4 membros da equipe para realizar cada parte da tese, introdução, réplica, tréplica e conclusão, seguindo essa mesma lógica para ambas as teses, favorável e contrária.

Logo após essa etapa, é dado um prazo para os debatedores escreverem suas teses, todas as teses são corrigidas pela capitã da equipe, que analisa coerência, argumentação, repertório, escrita e as exigências de cada parte da tese, como a conclusão que deve ter proposta de intervenção. Após todas as teses corrigidas elas são enviadas para a professora orientadora que realiza as impressões do material, assim são distribuídas entre os participantes. Finalmente a equipe começa a ensaiar as falas para o debate, todos os ensaios dirigidos pela professora orientadora da equipe. Após todos esses processos é chegado o dia do debate e receber os resultados desse trabalho que é realizado em aproximadamente um mês.

TEMA 4- O BRASIL DEVE REALIZAR UMA REFORMA AGRÁRIA? SIM OU NÃO?

TESE A FAVOR- SIM, DEVE REALIZAR

INTRODUÇÃO

Bom dia a mesa e a todos aqui presentes

Ao longo da história brasileira, a terra se firmou muito mais como um recurso natural ou um bem econômico, ela é acima de tudo, a base sobre qual se constituíram as relações de poder, riqueza, e, infelizmente as profundas desigualdades que marcam até hoje nossa sociedade como um todo. A concentração fundiária, herança de uma passado colonial e exploratório, perpetua um ciclo no qual poucos detêm extensões imensas de

terra, enquanto milhões são privados do direito de produzir, de morar, de comer, de viver com o mínimo de dignidade. É nesse contexto que a Reforma Agrária se apresenta como uma necessidade histórica e uma ferramenta essencial para transformar o Brasil.

Como defendeu a economista Maria da Conceição Tavares, a distribuição de terras é condição indispensável para ampliar o mercado interno, e sobretudo, para construir uma sociedade fundada na justiça social, pois sem acesso à terra, não há acesso pleno à cidadania.

Essa realidade desigual e indigna foi ilustrada na arte cantada, que denúncia e reflete essa realidade. Em “O Cio da Terra” canção de Milton Nascimento, se tornou um hino da luta camponesa, a mensagem é clara e contundente no trecho “Terra, que na mão de quem trabalha, é mais que chão, é pão, é dignidade”. A letra nos lembra que a terra só cumpre sua verdadeira função social quando serve aqueles que a fazem produzir, gerando alimento e renda. E é justamente aí que reside o cerne desta tese, a reforma agrária é uma política vital para o combate à fome e à pobreza. Mais do que redistribuir propriedades, trata-se de redistribuir oportunidades, resgatar vidas e cumprir o direito humano fundamental à uma existência digna.

A ausência de uma reforma agrária eficaz custa vidas. Então lhes questiono senhores- Qual o preço da vida? Encerro minha fala.

Jhully Emanuele Dos Santos Bernardes

RÉPLICA

Prezados senhores

Não é de hoje que somos assombrados pela lógica latifundiária no Brasil, na verdade trata-se de um sistema histórico. Desde as capitanias hereditárias até às Leis de terras de 1850, que foram responsáveis por dificultar o acesso a terras por grupos minorizados, o Brasil cultivava o terrível sistema que exclui, marginaliza e oprime os não latifundiários. Nesse contexto, acompanhemos a história de Fabiano, personagem de Graciliano Ramos na obra Vidas Secas, onde se vê num estado degradante sem quaisquer direito à terra e sendo obrigado a trabalhar para um patrão opressor. Encurralado, Fabiano decide fugir buscando um pedaço de terra que seja só seu, porém a seca chega e faz com que seja reiniciado o ciclo da miséria. Diante disso, analisemos o contexto de herança histórica deixada pela concentração do latifúndio no Brasil, onde o trabalhador rural é

subvalorizado e tem sua dignidade inviabilizada. O escritor Graciliano Ramos, não somente proporciona uma excelente obra literária, mas uma crítica social que mostra de forma clara a vulnerabilidade do sertanejo em meio à miséria, onde é constantemente reforçada que sua causa é “trabalhar em uma terra que não é dele”. A realização de uma reforma agrária é de extrema importância visto que a falta dela mantém milhares de trabalhadores rurais à margem da cidadania, privados de meios de subsistência reféns da exploração do latifúndio, o que legalmente vai contra o papel social da terra. Para que, finalmente, a realidade dos trabalhadores rurais brasileiros deixe de ecoar a triste sina de Fabiano em ‘Vidas Secas’, garantindo-lhes o direito legítimo à terra e à dignidade. Senhores, a reforma agrária não é apenas dividir terras, mas repetir dignidade, oportunidade e cidadania. Sendo assim, para encerrar meu discurso peço licença para ler um trecho da música Procissão dos Retirantes de Pedro Munhoz e Martin César, onde se diz: “Pátria amada do Brasil De quem és ó mãe gentil Eu insisto em perguntar Dos famintos, das favelas ou dos que desviam verba Pra champagne e caviar?”

Lucca Gabarron Freitas

TRÉPLICA

O processo da reforma agrária não deve ser visto como um atraso ao desenvolvimento do país, como é afirmado pela outra equipe. A reforma agrária é, muito pelo contrário, uma das etapas necessárias para o desenvolvimento nacional. Todos os países que hoje chamamos de desenvolvidos passaram por essa etapa. Logo, não defender essa pauta é um retrocesso para o Brasil. Em memória de Chico Mendes, grande defensor do meio ambiente, que morreu assassinado por disputas agrárias, em memória dos povos Xetá do Paraná, que perderam todo seu território e foram dizimados, em memória aos 29 assassinados do Povo Guajajara, e em memória da Mata Atlântica que perdeu 90% de seu território, notamos, que no modelo produtivo atual, a cosmologia virou o lucro, estão dispostos a matar e destruir nosso lar por ele. É necessário superar esse modelo e restabelecer a relação ancestral de respeito à natureza e a vida que um dia já existiu aqui, conforme Ailton Krenak afirma em Futuro Ancestral.

Atualmente nos opomos a esse caminho, deputados do Brasil e desta casa, a bancada do agro, que é maioria no congresso nacional. Tem como principal objetivo a defesa absoluta do grande latifúndio. Isto é, terras gigantes que são improdutivas para o

Brasil, produzem para fora, pois assim ganham em dólar. Essas terras são utilizadas para render bilhões à menos de 1% da população. A tese de Florestan Fernandes, compreende isso, e afirma que para essa burguesia agrária, o modelo que mais a favorece é esse, um sistema produtivo que fabrica para o estrangeiro, assim como no Brasil Colônia, enquanto atrasa nosso desenvolvimento. Com tanto, a reforma agrária é fundamental para que as terras parem de ser destruídas, para acabar com a fome e com os conflitos agrários.

Nicolas Accioly Gavazzoni Malanski

CONCLUSÃO

Em resposta à equipe opositora, gostaria de começar com uma citação do poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto em seu poema *Morte e Vida Severina*: “Esta cova que estás com palmos medida, é a conta menor que tiraste em vida. [...] É a parte que te cabe deste latifúndio. Não é cova grande, é cova medida, é a terra que querias ver dividida”. O poema nos revela que a luta pela reforma agrária não é de agora e que a manutenção do latifúndio custa vidas.

A equipe opositora argumenta que a reforma agrária é um modelo defasado, mas os dados dizem o contrário.

O Brasil mantém um dos maiores índices de desigualdade fundiária do mundo, com um Índice de Gini de 0,86, patamar que praticamente não mudou em décadas.

Enquanto apenas 1% das propriedades rurais ocupa quase metade de todo o território, milhares de famílias são empurradas para as periferias urbanas ou para a miséria no campo por falta de acesso ao meio de produção básico: a terra.

E Diferente do que afirma a oposição, a propriedade no Brasil não é um direito absoluto; ela é condicionada pelo mandato constitucional da Função Social. Um latifúndio que é palco de crimes ambientais ou trabalho escravo,, está em flagrante descumprimento da Constituição.

Além disso, o modelo de monoculturas em larga escala nos impõe o chamado colonialismo químico, onde o Brasil consome agrotóxicos proibidos na Europa, gerando comprovados aumentos em casos de malformações congênitas em nossas populações.

A reforma agrária é, portanto, um imperativo para a soberania alimentar.

Portanto, como medida de intervenção, urge que o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, acelere a redistribuição de terras através do programa "Terra da Gente", priorizando as áreas adjudicadas por dívidas com a União e terras públicas devolutas. Convertendo ativos improdutivos em polos de dignidade humana, garantindo que o direito ao pão não custe a saúde do nosso povo.

A reforma agrária só é ruim para quem ganha, a 500 anos, ganha dinheiro às custas desta desigualdade. Encerro minha fala, Muito obrigada.

Giovanna Pinheiro Ventorin

TESE CONTRA- NÃO DEVE REALIZAR

INTRODUÇÃO

Senhores jurados, colegas debatedores e público presente,

O verdadeiro debate de hoje não é sobre quem possui a terra, mas sobre o que realmente produz desenvolvimento. Toda grande proposta se sustenta sobre uma promessa. E a promessa da reforma agrária é atraente: distribuir terras para combater a pobreza e promover justiça social. Afinal, diante de um país marcado por desigualdades históricas, é natural acreditar que dividir a terra significará dividir oportunidades.

Ao discutirmos a reforma agrária, é importante compreender o que ela propõe. Trata-se da redistribuição de propriedades rurais com o objetivo de reduzir desigualdades no campo. A equipe adversária a apresenta como um instrumento de justiça social e desenvolvimento. Contudo, essa proposta parte de um diagnóstico equivocado: ela pressupõe que a principal causa da pobreza rural é a concentração fundiária. Em *Morte e Vida Severina*, João Cabral retrata um homem marcado pela miséria não porque lhe faltasse apenas terra, mas porque lhe faltavam oportunidades. A obra evidencia uma verdade que permanece atual: a pobreza rural não nasce de um único fator e, por isso, dificilmente será resolvida por uma única medida. O sociólogo Gilberto Freyre também demonstrou que a estrutura rural brasileira foi moldada por processos históricos, econômicos e sociais construídos ao longo de séculos. Dessa forma, acreditar que a redistribuição seja capaz de corrigir, sozinha, desigualdades tão profundas significa

confundir um sintoma com a verdadeira causa do problema. Além disso, não podemos ignorar que o agronegócio é um dos pilares da economia nacional. Por isso, qualquer política pública deve ser avaliada não apenas pelo ideal que promete alcançar, mas pelos efeitos concretos que produz. Portanto, a reforma agrária representa apenas a crença de que um problema complexo pode ser resolvido por uma medida simplista — uma promessa atraente, mas incapaz de produzir a transformação que promete.

Letícia Garcez Taveira Brasil

RÉPLICA

Dando continuidade senhores

As tentativas de reforma agrária no Brasil tiveram como objetivo reduzir a desigualdade fundiária, mas após tantas tentativas, as limitações ficam claras e concretas que comprometem sua eficácia, mostrando que se trata de uma política ineficiente. O sociólogo e economista Thomas Sowell afirma que políticas de redistribuição de recursos podem ter efeitos colaterais não intencionais, como baixa produtividade e desperdício de recursos, se não forem acompanhadas de planejamento técnico e econômico adequado. Junto a isso, os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017 mostram que propriedades com até 5 hectares produzem, em média, menos da metade da produtividade de grandes propriedades comerciais. Isso ocorre pela falta de acesso à tecnologia e crédito rural, demonstrando que grandes propriedades conseguem fomentar muito mais a economia agropecuária do que pequenos produtores rurais. Por exemplo, a produção de grãos em pequenas propriedades familiares representa apenas cerca de 13% do total produzido no país, apesar de responderem por aproximadamente 70% do total de estabelecimentos rurais. Isso mostra que a simples redistribuição de terra não garante aumento proporcional da produção agrícola, reforçando a ideia de que a reforma agrária não é uma solução eficaz

Além disso, o impacto da reforma agrária na redução da desigualdade fundiária é limitado. Estudos como os de Lorenzo e Silva (2010, Revista Brasileira de Economia) mostram que apenas uma pequena fração das terras desapropriadas chega efetivamente a famílias sem acesso prévio à terra. O relatório da FAO de 2015 sobre segurança alimentar no Brasil reforça que a concentração de renda no campo persiste, mesmo com

décadas de programas de reforma agrária. Isso mostra que a redistribuição de terras, isoladamente, não resolve desigualdades estruturais, confirmando que a política de reforma agrária, na prática, não cumpre os objetivos que se propõe

Lavínia De Holleben

TRÉPLICA

Ao falarmos sobre a implementação de uma reforma agrária no Brasil, falamos tanto sobre violação de propriedade privada, quanto de uma interferência direta no principal pilar da economia Brasileira.

Inicialmente precisamos tratar acerca da violação direta da propriedade, que demonstra o início de um governo autoritário, e pisa em cima dos corpos de todos que morreram para instaurar a democracia que vivemos hoje neste país. Mas para além do próprio sistema de governo, trago-lhes o conceito fundamental de Propriedade Privada e sua relação com a sociedade, abordado por John Locke em sua obra: “Dois Tratados sobre o Governo”. O filósofo nos apresenta o **direito Natural à Propriedade**, e é pela defesa desta que os seres humanos formam as sociedades, o que torna a garantia dela, um dever do Estado.

Ademais dos direitos individuais, devemos ainda enxergar o risco que tal manutenção traz a economia brasileira. Economia essa que é sim muito ligada à produção rural que necessita de tecnologia, como já citado anteriormente. Roubar essas terras dos produtores ativos e reparti-las quebraria completamente os investimentos em tecnologia, e posso lhes afirmar com toda certeza, se implementarmos a reforma agrária no Brasil em menos de um mês nossa economia colapsaria. A população passaria fome. Todos estes discursos são bonitos, mas destroem a relação Estado-Indivíduo, e a própria economia nacional, já que estes dois, têm relação direta, e que se mantém estável e progressista atualmente, tornando a reforma agrária uma medida desnecessária e perigosa.

Érico Presas Michaltchuk

CONCLUSÃO

Senhores jurados, colegas debatedores e público presente, esta é a fala de conclusão da equipe contrária à reforma agrária.

Em resposta à equipe opositora, gostaria de começar com uma citação de Cazuza: “Eu vejo o futuro repetir o passado / Eu vejo um museu de grandes novidades”.

Essa letra nos revela que o projeto defendido pela oposição é um anacronismo; eles buscam no século vinte e um uma solução dos anos sessenta, ignorando que o campo mudou e a manutenção desse modelo obsoleto custa o desenvolvimento do país.

Em 86% dos municípios com assentamentos, a renda média das famílias é inferior a um salário mínimo. Enquanto o agronegócio profissional domina 77% do Valor Bruto da Produção nacional, garantindo o pão na mesa, a reforma agrária clássica responde por apenas 2,8% da produção de leite, provando que a simples entrega de lotes não promove inserção produtiva real.

E diferente do que afirma a oposição, a mesma Constituição Federal, no seu Artigo 185, é um escudo absoluto: a propriedade produtiva é insuscetível de desapropriação.

Atacar quem produz é um crime contra a segurança jurídica. Além disso, no paradigma tecnológico atual, a terra nua é um fator residual; a riqueza vem da biotecnologia e da escala, recursos que o modelo de minifúndios de subsistência é incapaz de gerenciar. A reforma agrária, portanto, não é um imperativo de soberania, mas sim a institucionalização da miséria.

Portanto, como medida de intervenção, urge que o Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, encerre o ciclo de desapropriações ideológicas e implemente o Programa Nacional de Regularização Fundiária. Convertendo assentados dependentes em proprietários autônomos e competitivos, garantindo que o progresso nasça da lei e da produtividade.

O tempo não espera o Brasil; então não vamos dividir a escassez, devemos multiplicar a eficiência. Encerro minha fala, muito obrigada.

Giovanna Pinheiro Ventorin